

Formação em turismo: O papel dos CET no desenvolvimento de atividades turísticas

ELSA MARIA COSTA VENTURA RAMOS * [elsaramos@ipg.pt]

MANUEL ANTÓNIO BRITES SALGADO ** [manuelsingado@ipg.pt]

PAULO JORGE DOS SANTOS ALMEIDA *** [palmeida@ipleiria.pt]

Resumo | A presente proposta insere-se numa linha de investigação que pretende interpretar a importância da formação tecnológica no ensino do turismo em Portugal, neste caso aplicada à área da animação turística. Assim, pretende-se conhecer a natureza da formação em Turismo, sobretudo a nível do ensino superior, bem como o desenvolvimento do setor da animação turística em Portugal. Os objetivos desta investigação centram-se na compreensão do estado da arte da formação tecnológica em turismo, quer em termos de produção científica quer legislativa. Pretende-se também conhecer a oferta e o mercado de formação na área da animação turística, com vista a perspetivar o seu desenvolvimento. No seguimento deste estudo far-se-á uma análise aprofundada e comparativa dos Cursos de Especialização Tecnologia CET em Gestão de Animação Turística da Escola Superior de Turismo e Tecnologia de Mar de Peniche (ESTM) e da Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia (ESTH). A metodologia apoia-se, assim, na revisão da literatura para contextualizar os paradigmas atuais da formação tecnológica, nomeadamente aplicadas à área do Turismo. A recolha de dados secundários permite conhecer a evolução da oferta formativa a nível nacional. A importância da economia das experiências na indústria turística exige hoje novas abordagens à animação turística, bem como as estratégias mais adequadas com vista ao desenvolvimento turístico competitivo e sustentável. A necessidade de profissionais qualificados nesta área é notória e não pode ser dissociada da aquisição de conhecimentos tecnológicos específicos, o que justifica analisar os cursos de CET no ensino politécnico.

Palavras-chave | Formação em Turismo, Ensino politécnico, Ensino tecnológico, Animação turística.

Abstract | This proposal is part of a line of research that aims to interpret the importance of technology training in the teaching of tourism in Portugal, in this case applied to the area's recreational tourism. So we want to know the nature of training in tourism, especially at higher education, as well as the development of recreational tourism sector in Portugal. The objectives of this research focus on understanding the art condition of the technological training in tourism in scientific and legislative terms. The aim is also to know the market and offer training in tourism activities in order to foresee

* **Licenciada em Turismo e Lazer** pela Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda. **Professora** do CET em Gestão da Animação Turística na Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda.

** **Doutorado em Turismo** pela Universidade de Aveiro. **Coordenador** do Mestrado em Gestão e Sustentabilidade em Turismo na Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda.

*** **Doutorado em Marketing e Comércio Internacional**. **Vice-Diretor** da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche do Instituto Politécnico de Leiria.

its development. Following this study a far-depth and comparative analysis of Technology Specialization Course (CET) on Management of Tourist Activities of ESTM and ESTH will be done. The methodology relies, therefore, in the literature review to contextualize the current paradigms of technological training, particularly applied to the area of tourism. The collection of secondary data allows discovering the evolution of the training offer at a national view. Nowadays, the importance of the economy of experience in the tourism industry requires new approaches to tourism activities, as well as the most appropriate strategies to develop competitive and sustainable tourism. The need for qualified professionals in this area is obvious and cannot be dissociated from the acquisition of specific technological knowledge, which justifies analyzing the CET courses in the Institutes of technology.

Keywords | Tourism education, Institute of technology, Technological education, Tourism activities.

1. Introdução

O estudo apresentado é uma abordagem preliminar num contexto de uma investigação de mestrado em Gestão e Sustentabilidade no Turismo, que se encontra em desenvolvimento na Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia (ESTH), e insere-se numa linha de investigação com vista a compreender a importância da formação tecnológica no ensino do turismo em Portugal, neste caso aplicada à área da animação turística.

Os objetivos definidos visam conhecer, sinteticamente, a animação turística como componente importante desta indústria, bem como a estrutura empresarial deste setor, que é, claramente, marcado por micro e pequenas e médias empresas (PME). A natureza da formação em Turismo, sobretudo a nível de Cursos de Especialização Tecnológica (CET), e a sua relação com o desenvolvimento do setor da animação turística em Portugal, pretende interpretar o estado da arte da formação tecnológica em Turismo, Hotelaria e Restauração, quer em termos de produção científica quer legislativa.

A análise do mercado de formação na área da animação turística, com vista a perspetivar o seu desenvolvimento, permite desenvolver este exercício preliminar de estudar de forma aprofundada e comparativa os CET em Gestão de Animação Turística da Escola Superior de Turismo e Tecnologia de Mar de Peniche (ESTM) e da Escola Superior de Turismo

e Hotelaria de Seia (ESTH). A metodologia apoia-se, assim, na revisão da literatura para contextualizar os paradigmas atuais da formação tecnológica, nomeadamente aplicadas à área do Turismo. A recolha de dados secundários permite conhecer a evolução da oferta formativa a nível nacional.

Assim, a estrutura apresentada debate a natureza da animação, em geral, e da turística, em particular, no primeiro ponto e, de seguida, abordam-se as empresas de animação turística. No terceiro ponto debate-se a natureza da formação em CET com vista à análise das áreas do Turismo, Hotelaria e Restauração em 2010-11. Por fim, apresentam-se as opções metodológicas para este estudo comparativo.

2. Animação

É relevante esclarecer o significado deste conceito do setor do turismo. Este conceito é cada vez mais utilizado nos dias de hoje, pois o Homem, ao viver em sociedade uma vida turbulenta e demasiada ocupada com obrigações, sente necessidade de ter momentos na sua vivência que lhe façam esquecer o *stress* do seu dia-a-dia e viver novas experiências e emoções.

Nesse sentido, Simpson (1984), citado por Quintas e Castaño (1998: 31), em que a "Animação é dar sentido a uma vida cheia de compromissos sociais

e profissionais, para um maior conhecimento das culturas locais, fugindo à rotina das obrigações”.

Já para Maillou (1979), citado por Quintas e Castaño (1998: 32), a animação é definida como “uma série de atividades programadas, que permitam aos indivíduos uma interação de potencialidades, onde se procura um estreitamento de relações que permitam o desenvolvimento pessoal”.

Por antecedentes da Animação, entendemos qualquer ação com dimensão social, cultural e educativa que tenha por objetivo dinamizar programas junto das populações (Lopes, 2008). A animação é uma atividade complexa, na medida em que cada conjunto de pessoas é um grupo diferente, com características e personalidades distintas. O profissional e/ou a equipa que organizam as atividades de animação têm de ter consciência que estas serão experiências únicas e que as mesmas devem ser concebidas e geridas de forma a contribuir para tal. O acolhimento deve ser muito próprio, para que cada um se sinta especial e importante, e dar liberdade a cada pessoa para participar e assumir um papel interventivo.

O papel da animação é oferecer ao cliente o poder de ocupar o seu tempo com atividades gratificantes, emocionantes e divertidas; permitir conhecer, avaliar e viver o destino nos seus recursos mais característicos e diferenciados, dentro de uma experiência respeitadora com o meio social e ambiental envolvente.

2.1. Animação Turística

Com a evolução do setor do turismo surgiu a necessidade de se criar um conjunto de condições, que permitissem o desenvolvimento de um serviço imprescindível no turismo, como é o caso da animação turística, passando a ser designada como um subsetor da atividade turística. A sua fundamentação vai ao encontro do aparecimento de novos tipos de turismo, que pressupõem a realização de atividades ao ar livre, com uma participação mais ativa do turista.

Mendes e Cunha (2010) apresentam uma compilação de ideias sobre animação turística de alguns autores, com perspetivas diversas. Assim, segundo Chaves e Mesalles (2001, citado por Mendes e Cunha, 2010: 647) a animação turística é “o conjunto de ações e técnicas dirigidas para motivar, promover e facilitar uma maior e mais ativa participação do turista no usufrua do seu tempo de férias, nos níveis e dimensões que isto implica”. A animação turística constitui uma forma de apoiar o desenvolvimento humano, sustentável e endógeno dos territórios, na medida em que leva as populações, de forma democrática, autónoma e participativa, se apropriem deles, preservem a sua identidade e os transformem em palcos de vida e de cultura viva, tendo como meta a sua partilha com o “outro”, neste caso o turista, que representa alguém que vem predisposto a viver experiências gratificantes e inesperadas e procura relacionar-se com outras pessoas e culturas.

Para dar resposta a esta tendência, e tendo sido referenciada pela primeira vez na tipologia de Turismo Natureza, o Ministério da Economia e Inovação, concebeu as medidas necessárias, nomeadamente, o enquadramento jurídico, para que se pudesse proceder à implementação de empresas de animação turística, já que a animação tem vindo a referenciar-se como um elemento essencial em qualquer destino turístico, a par das outras componentes como o alojamento, a restauração, os transportes ou outros serviços diretos.

Assim, foi criado um Decreto-Lei que estabelecia o regime jurídico do funcionamento das empresas de animação turística. Nos termos do artigo n.º 2, do Decreto-Lei n.º 108/2002, de 16 de abril, são consideradas empresas de animação turística,

“(…) as que tenham por objeto a exploração de atividades lúdicas, culturais, desportivas ou de lazer, que contribuam para o desenvolvimento turístico de uma determinada região e não se configurem como empreendimentos turísticos, empreendimentos de turismo no espaço rural, casas de natureza, estabelecimentos de restauração ou de bebidas, agências de viagens e turismo ou operadores marítimo-turísticos”. (Decreto-Lei n.º 108/2002)

No entanto, segundo Cavaco (2005, citado por Mendes e Cunha, 2010: 648), o conceito de empresas de animação turística consiste numa forma de intervenção que visa melhorar, aumentar e reforçar a dinâmica turística integrada e sustentável de uma região.

De acordo com Completo (2005, citado por Mendes e Cunha, 2010: 648), professor na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, este sub-setor do turismo deve constituir um sistema de rede, de forma a trabalhar em parceria com a autarquia, os agentes culturais e os hotéis, tentando através de iniciativas de animação, evidenciar determinadas regiões, com um fraco e limitado potencial turístico. Também Costa e Costa (2010) defende um conceito de rede de organizações em que “um grupo de entidades que trabalham conjuntamente para atingirem um determinado objetivo, em que a coordenação não é realizada através de fusões ou aquisições, mas sim através da criação de uma rede estratégica de entidades, que trabalham conjuntamente para os mesmos objetivos”.

Estas empresas, estando, em geral, associadas ao Turismo Ativo, pretendem promover a prática de atividades que satisfaçam as necessidades próprias do turista, de modo a despertar sentimentos e emoções diferentes das que este sente no seu dia-a-dia. Não podemos esquecer que a maior parte das atividades de animação turística, desenvolvem-se em espaços naturais, e, segundo Rodrigues e Kastenzholz (2010: 719),

“a procura de espaços naturais para o desenvolvimento de atividades turísticas tem vindo a crescer bastante nas últimas décadas. Portugal apresenta bastantes recursos de qualidade para o desenvolvimento destas atividades. Em 90 000 mil quilómetros, 22% do território português é ocupado por áreas protegidas. Um terço do País (3,3 milhões de hectares) é constituído por floresta e existem inúmeros espaços agrícolas.”

Por outro lado, com o fenómeno da industrialização e urbanização verificou-se uma crescente procura da natureza, nomeadamente pelo desenvolvimento de atividades de lazer e turismo (Valentine, 1994).

Estas afirmações são bastante relevantes para justificar o papel do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, como responsável do Turismo de Natureza e pela maioria das empresas de animação turística, que tem como papel principal, garantir a sustentabilidade do nosso património natural.

Sendo a maioria destas empresas sediadas fora dos grandes centros, Costa e Costa (2010), sublinha, por um lado, as vantagens destas nos meios pequenos, atraindo visitantes para a sua área, criando, assim rendimento, fortalecendo a base da economia local, dinamizando o comércio e contribuindo para a criação de emprego direto e indireto. Por outro lado, estas promovem e valorizam o património natural e construído, preservando também, as tradições e culturas locais.

2.2. Legislação

O enquadramento jurídico da animação turística começou há cerca de uma dezena de anos, o que comprova que esta atividade é muito jovem e que ainda há muito a percorrer. Este enquadramento jurídico resultou do crescente número de empresas de animação, que têm sido criadas por todo o território nacional.

Pelo Decreto Regulamentar n.º 22/98, de 21 de setembro, a animação turística passa a ser declarada de interesse para o turismo. Desta forma, tornou-se importante então definir as normas referentes às condições de acesso e exercício da atividade de animação turística, para salvaguardar os interesses dos turistas que usufruem deste serviço, prestado por empresas deste sub-setor da atividade turística, de modo a garantir a defesa e a proteção dos direitos dos consumidores.

Após consultadas as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, bem como as associações patronais do setor com interesse e representatividade na matéria, e ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decretou a lei geral da República (n.º 204/2000 de

1 de setembro) que visa regulamentar o acesso e o exercício da atividade das empresas de animação turística. No entanto, esta lei foi reformulada pelo Decreto-Lei n.º 108/2002 de 16 de abril, que altera os artigos 2.º/4.º/18.º/20.º e 21.º. O Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, estabeleceu o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, redefinindo o conceito de turismo de natureza e contribui para a dinamização do Programa Nacional de Turismo de Natureza. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, juntamente com o Decreto-Lei n.º 39/2008, redefinem o conceito de turismo de natureza, prevista no Programa do Governo. O reconhecimento de atividades de animação turística como turismo de natureza e a organização dessas atividades na Rede Nacional de Áreas Protegidas passam a estar isentos do pagamento de taxas específicas, anteriormente cobradas por cada área protegida em que as empresas pretendessem atuar.

Ao longo destes 10 anos não podemos esquecer o papel fundamental da Associação Portuguesa de Animação Cultural e Turismo de Natureza e Aventura, fundada a 13 de fevereiro de 2004, pelo seu empenho na defesa das empresas associadas e pelo seu árduo trabalho junto do Ministério da Economia e Inovação na criação de uma legislação condigna para as atividades de Animação Turística. Esta associação em 2007 fundiu-se com mais duas associações: a Associação Portuguesa de Organizadores Profissionais de Congressos e a Associação de Organizadores Profissionais de Eventos, tornando-se *Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos*, constituída por escritura pública em 17 de janeiro de 2007.

3. Empresas de Animação Turística

Neste ponto iremos realizar um estudo comparativo baseado em pesquisa recente e no trabalho de Almeida (2003), que caracteriza as empresas

do ponto de vista da sua organização. Este estudo abarcou todas as empresas, existentes nesse ano, de Norte a Sul de Portugal, e deste, depreendeu-se que grande parte das empresas existentes em Portugal, constituem micro empresas que detêm um volume de negócios médio anual de 100000. Por outro lado, dado serem empresas cuja atividade depende fortemente do fator sazonalidade, denota-se um reduzido número de colaboradores em *full-time*, sendo que a grande maioria das empresas opta por colaboradores em regime de *part-time*.

Da análise feita neste estudo de Almeida (2003), no que respeita às habilitações dos colaboradores concluiu-se que "mais de ¼ das empresas de animação turística, têm pessoas com licenciatura na área do turismo, ou com curso técnico profissional de turismo". Outro dado interessante que podemos realçar deste estudo, que caracteriza as empresas de animação turística, é que apenas 67% dos empresários destas empresas afirmam ser esta a sua principal atividade profissional, enquanto para praticamente 30% dos empresários, incorporados neste estudo, estas empresas constituem uma atividade em *part-time*, tal como se pode constatar na Figura 1.

Esta situação dificulta, de certa forma, o objetivo destas empresas crescerem e se desenvolverem num mercado bastante competitivo e à escala global. Em relação às estratégias empresariais utilizadas pelas empresas, as suas ações remetem, essencialmente, para o crescimento e desenvolvimento da empresa.

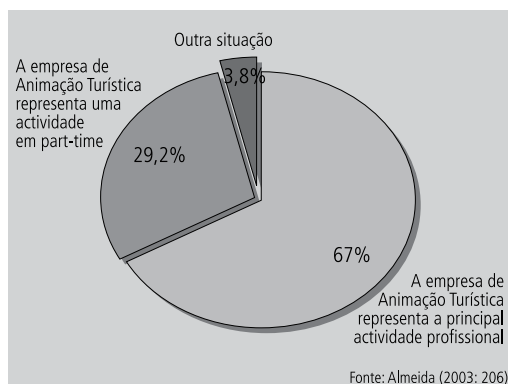


Figura 1 | Gráfico relativo à principal Atividade Profissional.

Do estudo efetuado podemos, ainda, salientar que a maioria das empresas deste subsector não suporta instalações fixas para o decorrer das suas atividades (Figura 2).

No que concerne ao tipo de clientes que caracterizam este negócio, o autor deste estudo pôde apurar que grande parte são visitantes, ou turistas individuais ou em grupo, destacando-se de seguida os grupos de empresas, os grupos informais de amigos e por último, os grupos de escola. O autor salienta, também, as agências de viagens e turismo que desempenham um papel de intermediário neste negócio. É importante referir também, a questão dos constrangimentos do negócio, cujas respostas ao estudo mencionado revelaram como principais

constrangimentos o financiamento, a falta de apoios das entidades do turismo, a legislação, a regulamentação e a falta de trabalhadores qualificados, entre outros constrangimentos (Figura3).

3.1. Situação atual das Empresas de Animação Turística

Ao longo desta pesquisa teórico-conceitual, podemos constatar que aquando da realização do estudo de Almeida (2003), existiam somente cerca de 100 empresas de animação turística, enquanto nos dias de hoje, existem cerca de mil, como podemos constatar nos ficheiros do Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT). Esta evolução demonstra a importância crescente deste subsector do turismo.

Podemos verificar nesta listagem, que existe um grande lapso, pois muitas empresas não identificam quais as suas atividades. Outro ponto a ter em conta, é que muitas dessas empresas poderão não estar ativas e outras poderão existir mas pertencerem a agências de viagens e não constam desta listagem, uma vez que a nossa legislação contempla que as agências de viagens possam fazer diretamente trabalhos de animação turística, desde que estejam previamente autorizados.

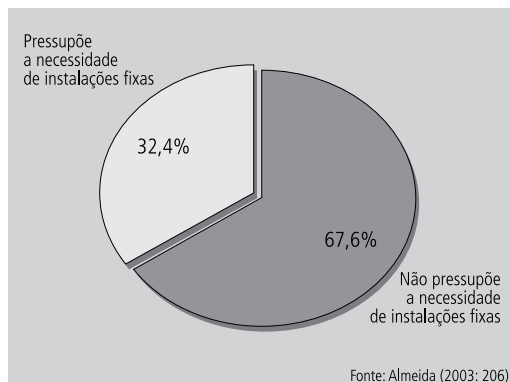


Figura 2 | Gráfico relativo à atividade da Empresa.

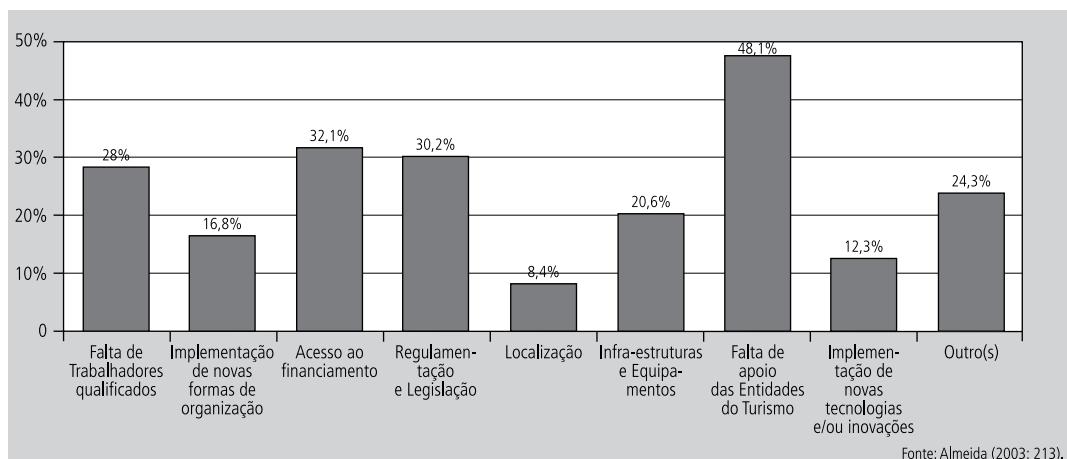


Figura 3 | Gráfico relativo aos principais Constrangimentos do Negócio.

4. Formação em Cursos de Especialização Tecnológica

Ao serem analisados os dados relativos ao 2º trimestre de 2011 da taxa de desemprego, pode-se constatar uma percentagem maior de desempregados que não concluíram a escolaridade obrigatória (Quadro 1). Denota-se aqui uma necessidade de especializar os nossos jovens, e não só, com o objetivo de lhes proporcionar ferramentas para o mercado de trabalho.

A crescente necessidade de quadros intermédios, capazes de assumir condutas pró-ativas em relação aos desafios de um mercado de trabalho ávido de desenvolvimento científico e tecnológico, exige uma política de estruturação da oferta formativa adequada a estas novas exigências.

Os Cursos de Especialização Tecnológica (CET) foram criados para dar resposta a estas necessidades, como alternativas válidas para a profissionalização de técnicos especializados, com uma formação técnica de alto nível, resultando numa qualificação que inclui conhecimentos e capacidades de nível superior, adquirindo capacidades e conhecimentos que permitam, através deles assumir, de forma autónoma e independente, responsabilidades de conceção e ou direção e ou de gestão.

4.1. CET

Os Cursos de Especialização Tecnológica são definidos no Despacho Conjunto n.º 603/2003 dos

Ministérios da Economia, da Educação, da Ciência e do Ensino Superior e da Segurança Social e do Trabalho, como formações pós-secundárias não superiores a desenvolver na mesma área ou em área de formação afim àquela em que o candidato obteve a qualificação profissional de nível III, e estruturam-se em componentes de formação sociocultural, científico-tecnológica e formação em contexto de trabalho. Visando conferir qualificação profissional de nível V, de acordo com a Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, a partir de 1 de outubro de 2010, numa escala de 1 a 8. Pretendendo aumentar as aptidões e qualificações dos portugueses, potenciando a criação de novas oportunidades e promover quer o crescimento sociocultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradora de maior competitividade com coesão social. (Decreto-Lei n.º 88/2006 de 23 de maio).

Segundo a edição da Direção Geral do Ensino Superior (DGES) de setembro de 2011, a 31 de dezembro de 2010 existiam 420 CET registados, sendo que, 71% dos registados pertenciam a Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 29% a Instituições de Ensino Superior privadas; pertencendo 53% dos CET à área das tecnológicas (Figura 4).

No entanto, só 263 CET estiveram em funcionamento, sendo 79% em Instituições de Ensino Superior Públicas e 21% em IES privadas. Salienta-se que 49% dos CET pertenciam à área das tecnológicas, 19% às áreas de Economia, Gestão e Contabilidade.

Quadro 1 | Taxa de desemprego (Série 2011-%) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado

Sexo	Grupo etário	Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Trimestral						
		Período de referência dos dados						
		2.º Trimestre de 2011						
		Portugal						
		Total (%)	Nenhum (%)	Básico 1º Ciclo (%)	Básico 2º Ciclo (%)	Básico 3º Ciclo (%)	Secundário e pós-secundário (%)	Superior (%)
HM	Total	12,1	11,4	11,3	14,1	15,0	11,9	8,1

Fonte: INE (2010), Inquérito ao Emprego.

No gráfico acima (Figura 5), podemos constatar que é a região Centro, onde se concentram mais cursos CET. Isto pode ser considerado como indicador das necessidades de formação desta região e adaptação à realidade.

Verifica-se a existência de vários cursos CET nas

diversas cidades do continente e nas regiões autónomas, salientando-se que a maioria se encontra disponível no ensino público (Figura 6). Nas grandes metrópoles existe uma maior incidência de CET no ensino privado. Estes dados demonstram uma aposta cada vez maior na formação tecnológica.

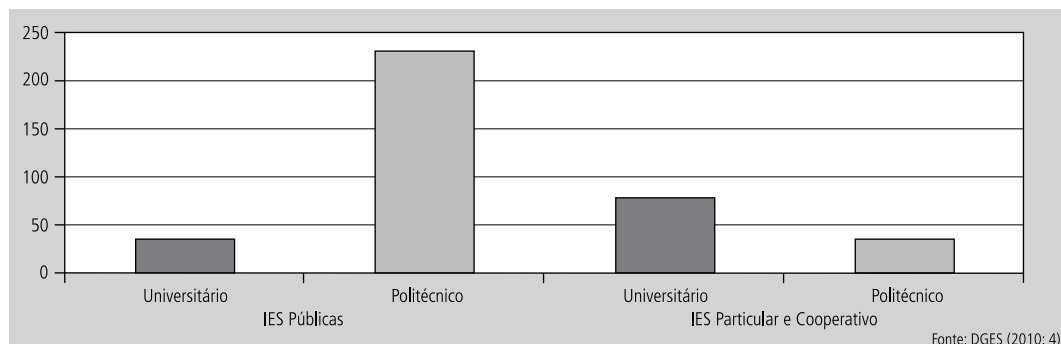


Figura 4 | Distribuição do número de CET registados, até 28 de janeiro de 2010, por subsistema de ensino.

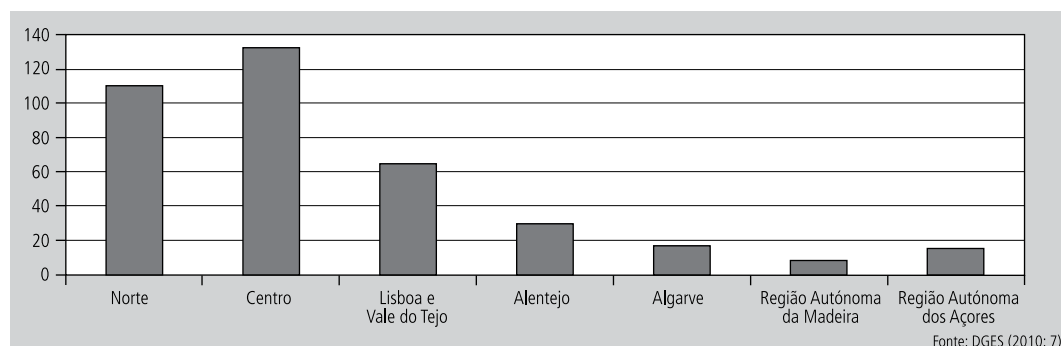


Figura 5 | Distribuição do número de CET registados, até 28 de janeiro de 2010, por região geográfica.

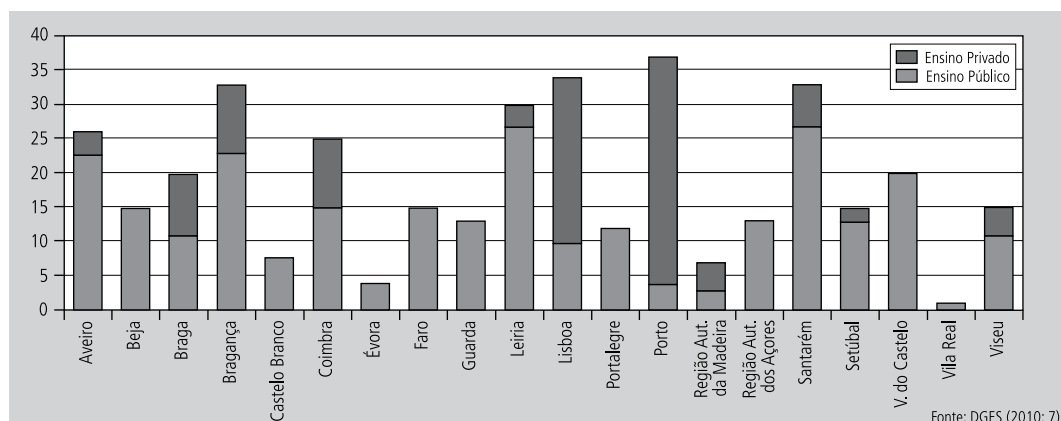


Figura 6 | Distribuição do número de CET registados, até 28 de janeiro de 2010, por distrito.

4.1.1. CET na área do Turismo, Hotelaria e Restauração

No ano letivo 2010/11 registou-se o funcionamento de 23 cursos de CET na área do Turismo, sendo 5 do setor privado e 18 do público. Destes cursos destaca-se que 17 estão na área CNAEF de

Turismo e Lazer e 6 na área de Hotelaria e Restauração (Quadro 2). O setor público é, claramente, maioritário com o quádruplo de inscritos pela 1ª vez em relação ao privado que, conjuntamente perfazem 555 inscrições, representando cerca de 10% da oferta nacional dos cursos CET (Quadros 3, 4).

Quadro 2 | Cursos CET no ano letivo 2010/11 na área do Turismo

Instituição	Curso	Área
Universidade dos Açores - Horta	Operador Marítimo - Turístico	Turismo e Lazer
Universidade de Aveiro - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro	Técnicas e Gestão de Turismo	Turismo e Lazer
Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação de Bragança	Animação Desportiva	Turismo e Lazer
Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	Promoção Turística e Cultural	Turismo e Lazer
Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro	Gestão de Animação Turística	Turismo e Lazer
Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Turismo e Hotelaria	Gestão de Animação Turística	Turismo e Lazer
Instituto Politécnico de Leiria	Gestão de Animação Turística	Turismo e Lazer
Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior Agrária	Gestão de Animação Turística em Espaço Rural	Turismo e Lazer
Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	Técnicas e Gestão de Turismo	Turismo e Lazer
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Animação em Turismo de Natureza e Aventura	Turismo e Lazer
Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Santo André	Técnicas e Gestão de Turismo	Turismo e Lazer
Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém	Gestão de Turismo	Turismo e Lazer
Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia	Técnicas e Gestão de Turismo	Turismo e Lazer
Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria	Gestão de Turismo	Turismo e Lazer
Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais (Porto)	Gestão de Turismo	Turismo e Lazer
Instituto Superior de Administração e Gestão	Gestão de Animação Turística	Turismo e Lazer
Instituto Superior Politécnico Gaya - Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário	Animação em Turismo de Saúde e Bem-Estar	Turismo e Lazer
Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Turismo e Hotelaria	Técnicas de Restauração	Hotelaria e Restauração
Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Técnicas e Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração
Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Técnicas e Gestão Hoteleira	Hotelaria e Restauração
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Gastronomia e Artes Culinárias	Hotelaria e Restauração
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Receção e Alojamento Hoteleiro	Hotelaria e Restauração
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Técnicas de Restauração	Hotelaria e Restauração

Fonte: adaptado de DGES (2010).

Quadro 3 | Inscrições nos cursos de CET

	Inscritos 1.º vez CET					
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Privado	15	0	0	23	63	109
Público	40	93	276	163	279	446
Total	55	93	276	186	342	555
Diferença	25	93	276	140	216	337
Geral	1053	1428	3547	3926	4421	5543
%	5%	7%	8%	5%	8%	10%

Fonte: adaptado de DGES (2010).

Quadro 4 | Total de Diplomados em cursos de CET

Diplomados CET				
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Privado	0	0	12	29
Público	28	105	154	180
Total	28	105	166	209
Diferença	28	105	142	151
Geral	878	1782	2022	2648
%	3,19%	5,89%	8,21%	7,89%

Fonte: adaptado de DGES (2010).

5. Metodologia

Tendo como base a revisão literária e as legislações publicadas, o presente estudo desenvolveu-se durante ano letivo de 2010/2011, com base nos Planos Curriculares de escolas de turismo da região Centro. Através dos Planos Curriculares de cada uma destas escolas (ESTM e ESTH), desenvolveu-se uma comparação dos mesmos que resultou numa análise crítica, sendo este artigo o resultado de uma parceria entre a ESTH e a ESTM, sendo o contínuo de uma tese de mestrado. O estudo ao qual se recorreu foi o descritivo-comparativo, que tem como objetivo descrever semelhanças e diferenças na população-alvo (Fortin, 2006).

5.1. Estudo Comparativo de CET GAT da ESTM e da ESTH

5.1.1. Plano curricular do CET GAT da ESTM

A Figura 7 apresenta o Plano Curricular do CET em Gestão de Animação Turística da Escola Superior de Turismo e Tecnologia de Mar de Peniche.

O referencial de competências a adquirir são: participar na elaboração e gestão de projetos de animação turística, em função da especialidade e das necessidades de cada segmento de mercado, nomeadamente a idade, o nível socioeconómico e cultural e a nacionalidade; mobilizar recursos locais para a criação e programação de atividades de

PLANO CURRICULAR		
Unidades de Formação	N.º de Horas	ECTS
Componente Geral e Científica		
Comunicação Oral e Escrita	60	3
Relações Interpessoais e Dinâmica de Grupos	50	3
Museologia e Etnografia	40	2
Componente Tecnológica		
Inglês Aplicado	90	6
Castelhano/Francês Aplicado	90	6
Turismo e Ordenamento do Território	45	2
Marketing Turístico	60	3
Oficina de Teatro	60	3
Oficina de Artes Plásticas	60	3
Oficina de Música	60	3
Oficina de Dança	60	3
Oficina de Multimédia	60	3
Oficina de Artesanato, Gastronomia e Vinhos	45	2
Oficina de Itinerários Turísticos	45	2
Oficina de Actividade Física na Natureza	60	3
Gestão de Animação	85	6,5
Empreendedorismo	30	1,5
Componente de Formação em Contexto de Trabalho	525	30
Totais	1525	85

Fonte: ESTM (2010).

Figura 7 | Plano Curricular do CET em Gestão de Animação Turística da Escola Superior de Turismo e Tecnologia de Mar de Peniche.

rotina, eventos especiais e projetos diversificados de animação turística; organizar e/ou supervisionar atividades de animação, elaborando mapas de atividades e estruturando a equipa de animadores; entender o papel das diferentes áreas da arte e da cultura nas dinâmicas de turismo; divulgar as iniciativas e atividades de animação a nível interno e externo; identificar critérios para aferir a qualidade da oferta de produtos de animação turística.

5.1.2. Plano curricular do CET GAT da ESTH

A Figura 8 apresenta o Plano Curricular do CET em Gestão de Animação Turística da Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia.

O referencial de competências a adquirir é, designadamente: identificar e/ou participar na identificação das atividades de animação, em função da concorrência, dos segmentos de mercado, da época do ano e dos recursos disponíveis; planear as atividades de animação, em função da especificidade e das necessidades de cada segmento de mercado, nomeadamente a idade, o nível socioeconómico e cultural e a nacionalidade; programar as atividades de rotina e os eventos especiais, em função dos recursos disponíveis; organizar as atividades de ani-

mação, elaborando mapas de atividades e estruturando a equipa de animadores; orientar e coordenar as atividades de animação; divulgar as iniciativas e atividades de animação a nível interno e externo.

Neste estudo comparativo pretendemos mostrar as diferenças entre dois cursos com o mesmo título, em escolas públicas, na zona Centro. Estes cursos apresentam programas curriculares direcionados para a animação, contudo, com certas discrepâncias ao nível das várias componentes, nomeadamente, geral e científica, tecnológica e em contexto de trabalho. A nível geral e científico, podemos observar que a ESTM não inclui métodos quantitativos no seu programa e introduziu a disciplina de Museologia e Etnografia, disciplina de um cariz fundamental para quem trabalha nesta área e necessita ter conhecimentos básicos do meio onde está inserido ou onde irá trabalhar.

Na segunda componente, verificam-se grandes diferenças no programa. A ESTM aposta numa componente mais prática, utilizando as oficinas em diversas áreas, como forma de divulgar conhecimento, apostando assim na disciplina teórico-prática, que é no nosso ponto de vista, a estratégia mais adequada para uma melhor e maior aprendizagem para este nível de ensino. Pois o ser humano possui maiores

PLANO CURRICULAR		
	N.º de Horas	ECTS
Componente de Formação Geral e Científica		
Língua Portuguesa	45	2
Inglês	75	3
Relações Interpessoais	45	2
Métodos Quantitativos	75	3
Componente de Formação Tecnológica		
Francês Técnico	45	2
Espanhol Técnico	45	2
Turismo	75	3
Animação Turística	180	7
Organização e Gestão de Empresas de Animação	135	5
Mercados e Desenvolvimento de Novos Produtos Turísticos	150	6
Marketing Turístico	150	6
Planeamento em Turismo	180	7
Aplicações Informáticas	120	4
Projeto de Animação	210	8
Componente de Formação em Contexto de Trabalho	600	20

Fonte: ESTH (2010).

Figura 8 | Plano Curricular do CET em Gestão de Animação Turística da Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia.

capacidades de aprendizagem com a realização visomotor, do que apenas com aprendizagem teórica. Justificando que a aprendizagem visomotor está interligada com o saber-fazer (Schaffer, 2004).

Em contrapartida, a ESTH utiliza mais a teoria como método de aprendizagem e disciplinas mais generalistas, que incutem ao aluno conhecimentos de cultura geral, mas não lhe proporciona ferramentas para trabalhar em campo. A ESTH, no entanto, aposta no desenvolvimento de um projeto de animação que pode ser individual ou em grupo, que pode servir como ponto de ingresso ao mercado de trabalho e uma forma de levar os alunos à criatividade e ao empreendedorismo.

Apostam ambas na formação em contexto de trabalho, com competências a adquirir semelhantes, que são o culminar de toda a aprendizagem apreendida ao longo do ano.

6. Conclusões

A área de Animação Turística sente necessidade de técnicos especializados, não só a nível de trabalho específico da área, como também conhecimentos ao nível da cultura local, história, gastronomia, hotelaria, relações interpessoais, etiqueta e protocolo, entre outras. Nunca nos podemos esquecer que o turismo é uma ciência multidisciplinar.

Os programas dos cursos CET necessitam de ser mais virados para o meio local em que se inserem, com o intuito dos alunos, futuramente, se poderem especializar em outras áreas ou aprofundar os seus conhecimentos através de formações específicas com o objetivo de melhorar o seu empenho, pois os CET facilitam o acesso ao Ensino Superior em algumas áreas, como por exemplo, o CET de Gestão de Animação Turística tanto dá acesso à Licenciatura de Turismo e Lazer, como à Licenciatura de Gestão Hoteleira ou Restauração e Catering.

Em suma, os CET são importantes pois permitem criar quadros técnicos intermédios, que tanto permi-

tem o acesso ao mercado de trabalho como a uma formação superior ou não, mais especializada.

Bibliografia

- Almeida, P., 2003, *A Contribuição da Animação Turística para o aumento das taxas de ocupação de uma região*, Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro.
- Costa, R., 2005, *Avaliação do Potencial de Crescimento das Pequenas e Micro Empresas do Setor do Turismo*, Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro.
- Costa, R., e Costa, C., 2010, A importância das redes e parcerias para as pequenas e micro empresas de Animação Turística, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. 3(13/14), pp. 983-984.
- Cunha, L., 2001, *Introdução ao Turismo*, Editorial Verbo, Lisboa.
- Cunha, L., 1997, *Economia e Política do Turismo*, McGraw-Hill, Lda., Lisboa.
- Decreto Legislativo Regional nº 23/2007/A, de 23 de outubro, Diário da República, N.º 208, Série I-A, Região Autónoma dos Açores.
- Decreto Regulamentar nº 22/98, de 21 de setembro, Diário da República, N.º 218, Série I-A, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Decreto-Lei nº 108/2002, de 16 de abril, Diário da República, N.º 89, Série I-A, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Decreto-Lei nº 108/2009 de 15 de maio, Diário da República, N.º 94, Série I-A, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Decreto-Lei nº 156/2005, de 15 de setembro, Diário da República, N.º 178, Série I-A, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Decreto-Lei nº 204/2000 de 1 de setembro (Alterado pelo Decreto-Lei nº 108/2002, de 16 de abril), Diário da República, N.º 202, Série I-A, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março, Diário da República, N.º 48, Série I-A, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Decreto-Lei nº 88/2006 de 23 de maio, Diário da República, N.º 99, Série I-A, Ministério da Economia, da Educação, da Ciência e do Ensino Superior, Lisboa.
- Despacho conjunto nº 603/2003, Diário da República, N.º 215, Série II, Ministério da Economia, da Educação, da Ciência e do Ensino Superior e da Segurança Social e do Trabalho, Lisboa.
- DGES [Direção Geral de Ensino Superior], 2010, *Cursos de Especialização Tecnológica: Evolução 2006-2009*, [http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/BA4CD986-0385-4DAC-BB19-EC8092BA3E6D/4077/cet6.pdf], (Site acedido em 2010).
- Estevão, C., 2010, Estratégias Competitivas dos Estabelecimentos Hoteleiros da Região de Turismo da Serra da Estrela: Aplicação da Metodologia dos Grupos Estratégicos, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. 1(13/14), pp. 75-86.
- ESTH [Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia], 2010, *Gestão de Animação Turística*, [http://www.esth.ipg.pt/corso_cet.asp?curso=2], (Site acedido em 2010).
- ESTM [Escola Superior de Turismo e Tecnologia de Mar de Peniche], 2010, *Gestão de Animação Turística*, [http://cursos.ipleiria.pt/CET/Pages/mostrarConteudo.aspx?cid=7108], (Site acedido em 2010).

- Fortin, M., 2006, *Fundamentos e etapas do processo de investigação*, Lusodidacta, Loures.
- INE [Instituto Nacional de Estatística], 2010, *Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo*, [www.ine.pt], (Site acedido em 2010).
- Lei n.º 30/2004, de 21 de julho, Lei de Bases do Desporto, Diário da República, N.º 170, Série I.
- Lopes, H., 2010, *A Constelação do Turismo na Economia Portuguesa – Ficha Técnica*, Edição do Semanário Sol.
- Lopes, M., 2008 *Animação Sociocultural em Portugal*, Editora Intervenção, Amarante.
- Lopes, M., 2009, *Animação Turística*, APAP – Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, Chaves.
- Mendes, E., e Cunha, M., 2010, Turismo, Animação e Lazer em Espaço Urbano, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. 2(13/14), pp. 645-654.
- Mendes, L., 2010, O Turismo na Produção Social do Espaço Rural Contemporâneo: Novas Procuras e a Emergência da Nobilitação Rural, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. 2(13/14), pp. 655-663.
- Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, Diário da República, N.º 141, Série I-B, Ministério da Economia, da Educação, da Ciência e do Ensino Superior, Lisboa.
- Portaria n.º 1288/2005, de 15 de dezembro, Diário da República, N.º 239, Série I-B, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Portaria n.º 138/2001, de 1 de março, Diário da República, N.º 51, Série I-B, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Portaria n.º 651/2009, de 12 de junho, Diário da República, N.º 112, Série I-B, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Portaria n.º 96/2001 de 13 de fevereiro, Diário da República, N.º 37, Série I-B, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa.
- Puertas, X., 2004, *Animación en el Ámbito Turístico*, Editorial Síntesis, Madrid.
- Quintas, S., e Castaño, M., 1998, *Animación Sociocultural*, Nuevos Enfoques, Amorú Ediciones, Salamanca.
- Rodrigues, Á., e Kastenholz, E., 2010, Sentir a Natureza – passeios pedestres como elementos centrais de uma experiência turística, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. 2(13/14), pp. 719-728.
- Schaffer, H., 2004, *Introdução à Psicologia da criança*, Instituto Piaget, Lisboa.
- Valentine, 1994, Nature Based Tourism, in Theobal, W., (ed.) *Global Tourism*, Butterworth-Heinemann, UK.
- Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, 2005, *Manual para o Investidor em Turismo Natureza*, Edição Vicentina, Bensafrim.